

Auditoria Operacional na Controladoria Geral do Município de Novo Gama – Goiás

O QUE O TCMGO¹ FISCALIZOU?

O TCMGO realizou auditoria operacional com o objetivo de verificar o desempenho do Órgão Central de Controle Interno (OCCI) do município de Novo Gama – a Controladoria Geral do Município (CGM) –, no **cumprimento de sua missão institucional (órgão de coordenação do SCI² e responsável pela auditoria interna)**, tendo em vista a importância do efetivo estabelecimento do Sistema de Controle Interno, na forma³ prevista, principalmente, do artigo 74 da Constituição Federal, da Resolução da ATRICON⁴ nº 5/2014, das diretrizes do CONACI⁵ para o Controle Interno no Setor Público, dos modelos conceituais e estruturais de COSO⁶ 2013 e 2017 e do modelo das linhas elaboradas pelo IIA⁷.

Para essa avaliação foram aplicados questionários eletrônicos tendentes a mapear as atividades desempenhadas pelo órgão em relação à fiscalização da receita, da despesa e dos bens municipais (inclusive no que tange à avaliação dos controles internos associados a esses processos), bem como as ações que visem à prevenção de atos ilícitos, à padronização de rotinas administrativa e ao fomento da transparência e do controle social, cujas respostas foram ratificadas com a análise de documentos comprobatórios encaminhados pela CGM.

O QUE O TCMGO ENCONTROU?

Detectou-se na auditoria que a atuação da CGM tem ocorrido de maneira inadequada ao atingimento de sua missão institucional, uma vez que esta tem se concentrado principalmente na primeira linha do modelo do IIA, que consiste na própria execução dos controles internos, quando deveria se concentrar na terceira linha, denominada de auditoria interna, cujas principais atividades são de avaliação independente e consultoria.

Concorreram para essa conclusão as seguintes situações encontradas:

1. Ausência de assessoria em relação à gestão de riscos e coordenação da padronização das rotinas e dos controles inerentes aos processos de trabalho

A CGM de Novo Gama não tem desempenhado seu papel de consultoria no processo de gestão de riscos no

município, nem coordenado a normatização dos procedimentos e seus controles inerentes, executados pelos órgãos do Poder Executivo.

2. Inexistência de avaliações de controles internos de gestão

A CGM não realiza fiscalizações (auditorias) para avaliar a adequação e eficácia dos controles internos concebidos e implementados pela gestão do município.

3. Incipiência das ações para avaliar a legalidade dos atos de gestão

As ações empreendidas pela CGM para avaliar a legalidade dos atos de gestão são incipientes e concentradas em análises processuais, e não alcançam a integralidade da gestão municipal, como por exemplo, os fatos relacionados à receita pública e ao controle patrimonial.

4. Inexistência de atividades para avaliar os resultados de gestão

Os trabalhos desenvolvidos pela CGM não são voltados à análise de desempenho da gestão municipal quanto à eficiência, eficácia e economicidade.

5. Carência de ações que contribuam para a melhoria contínua da transparência e o controle social

A CGM não vem desenvolvendo ações que fomentem a cultura da transparência e de estímulo ao controle social no âmbito do município de Novo Gama, como forma de prevenir e combater a corrupção e outros danos à gestão pública.

6. Ausência de monitoramento em casos em que a legislação exige acompanhamento efetivo do Órgão Central de Controle Interno

A CGM tem sido omissa quanto ao monitoramento das situações que a lei determina como de acompanhamento obrigatório por parte do OCCI, tais como acompanhamento dos limites legais e constitucionais; acompanhamento da efetiva implementação de determinações e recomendações de órgãos de controle externo; adoção de providências cabíveis pelos responsáveis em caso de constatação de danos ao erário.

¹ Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

² Sistema de Controle Interno.

³ Esse sistema deve permear toda a administração do ente público e exercer as funções de controladoria, corregedoria, ouvidoria e auditoria interna, de modo a assegurar os seguintes objetivos da administração: operacional (eficácia e eficiência das operações, inclusive metas financeiras e salvaguarda de ativos); divulgação (requisitos de confiabilidade, oportunidade e transparência ou outros termos estabelecidos pelas autoridades competentes); conformidade

(cumprimento de leis e regulamentações), repercutindo na boa e regular aplicação dos recursos públicos pelo ente.

⁴ Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

⁵ Conselho Nacional de Controle Interno.

⁶ O COSO® (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) é uma organização privada criada nos EUA em 1985 para prevenir e evitar fraudes nos procedimentos e processos internos da entidade.

⁷ *The Institute of Internal Auditors* (Instituto dos Auditores Internos do Brasil).

Identificou-se ainda, na auditoria, que essas deficiências são causadas, principalmente, pela ausência de regulamentação quanto às atividades que são de competência da CGM como órgão de auditoria interna; pela ausência no âmbito da CGM de referenciais técnicos de gestão para direcionar suas atividades do OCCI; pela falta de treinamento e capacitação contínuos de seu pessoal; e pela falta de planejamento periódico de suas ações de controle interno que, através da definição de objetivos estratégicos e priorização de ações por meio da adoção de critérios objetivos, busque alcançar a totalidade da gestão e de suas operações.

O QUE O TCMGO DECIDIU?

Tendo em vista a necessidade de reorientar a atuação da CGM de Novo Gama, de modo que passe a se alinhar às atribuições típicas de órgão de terceira linha (auditoria interna), foram deliberadas as ações a seguir dispostas

1. DETERMINAR ao Prefeito de Novo Gama, que:

1.1 – Regulamente as atribuições da CGM, com base nas diretrizes de auditoria interna no setor público, de modo a respeitar as devidas diferenciações de responsabilidades entre gestão e auditoria interna no âmbito do SCL;

1.2 – Estructure adequadamente a CGM, inclusive no que tange à composição do órgão por servidores efetivos, admitindo-se comissionados apenas em situações excepcionais;

1.3 – Patrocine o trabalho da CGM perante os gestores e servidores do município.

2. RECOMENDAR ao Prefeito de Novo Gama, juntamente com a Controladora Geral do Município, que:

2.1 - Promova a capacitação adequada do seu quadro funcional da CGM.

3. RECOMENDAR à Controladora Geral do Município que:

3.1 – Busque adotar referenciais técnicos de gestão para conduzir sua atuação;

3.2 - Adote planejamento formal de suas atividades, considerando sua missão institucional e sua capacidade operacional, bem como com base em critérios apropriados, tais como agregação de valor, vulnerabilidade, relevância e materialidade;

3.3 – Sistematize as diversas atividades desenvolvida, buscando, por exemplo, padronizar os processos de trabalho e priorizar a utilização de meios informatizados.

4. DETERMINAR ao Prefeito de Novo Gama, juntamente com a Controladora Geral do Município, que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, PLANO DE AÇÃO especificando as ações e medidas que serão adotadas para atender às determinações e às recomendações emitidas pelo Tribunal, com os respectivos responsáveis e prazos previstos para a implementação de cada uma delas, para posterior monitoramento, nos termos do artigo 194 do Regimento Interno do TCMGO e conforme previsto no Plano Anual de

Fiscalização do TCMGO e na RA⁸ TCMGO nº 113/2019, art. 13 e Anexo I.

BENEFÍCIOS ESPERADOS:

Em face das oportunidades de melhor estruturação e aperfeiçoamento do OCCI identificadas, espera-se que o trabalho sirva de subsídio para, primeiramente, fomentar o fortalecimento institucional da CGM, de modo que alcance os meios necessários para execução eficiente e eficaz das funções de controladoria e auditoria sob sua responsabilidade.

Ademais, também pode-se pontuar como benefícios esperados (i) o fortalecimento de todo o Sistema de Controle Interno, de modo a propiciar: o melhor desempenho da gestão pública, tendo em vista a economicidade, a eficiência, a eficácia, a efetividade; (ii) a salvaguarda dos bens patrimoniais; (iii) a conformidade dos atos da administração (*compliance*); (iv) a integridade das informações contábeis; (v) o melhor enfrentamentos dos riscos que afetam a gestão pública; (vi) a melhoria da relação custo-benefício dos controles internos.

Por fim, espera-se que esses ajustes também resultem no aperfeiçoamento da transparência dos atos executados pela gestão e no fortalecimento do controle social que devem ser promovidos pela gestão pública.



DADOS DA DELIBERAÇÃO

Acórdão: 04525/2021 – TCMGO – Plenário

Data da sessão: 18/8/2021

Relator: Conselheiro Fabrício Macedo Motta

Processo: 01393/2020

Unidade Técnica Responsável:

Comissão Especial de Auditoria (CEA)



TCMGO.TC.BR

tcmgo.tc.br/auditorias
facebook.com/tcmgoias
twitter.com/tcmgooficial
youtube.com/canalctcmgo
soundcloud.com/radiotcmgo

O Relatório de Auditoria Operacional Consolidado nº 2/2021 – CEA e o Acórdão nº 04525/2021 estão **disponíveis** em:

<https://www.tcmgo.tc.br/auditorias/auditorias-realizadas-auditoria-operacional/>

⁸ Resolução Administrativa.